INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DE NATUREZA AVANÇADA E NÃO OBRIGATÓRIA: UMA ANÁLISE DA DISCLOSURE SOCIAL NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PUBLICADAS DE EMPRESAS DO SETOR DE SAÚDE SUPLEMENTAR

MARCOS MACHADO DE ALMEIDA

José Ricardo Maia De Siqueira

José Augusto Veiga da Costa Marques

Resumo:

Este artigo pretende verificar se as informações sociais foram publicadas nas demonstrações contábeis do ano base de 2003 das empresas do segmento de saúde suplementar e, caso positivo, de que forma isto ocorreu. Cabe ressaltar que o foco desta pesquisa não está na existência ou não do Balanço Social, e sim, no conjunto de informações sociais expostas nas publicações. Uma vez que a área de saúde tem destaque no tema responsabilidade social, a pesquisa aborda a importância da conscientização dos atores deste setor na divulgação de informações sociais relevantes. Este trabalho consiste em uma análise que procura identificar informações sociais nas publicações dos jornais de grande circulação nas dez maiores empresas deste segmento. Foi utilizada a análise do conteúdo como técnica de pesquisa. Os resultados indicam, com certa surpresa, uma forte evidência de que as empresas analisadas estão apresentando uma evidência quase nula sobre informações sociais em suas demonstrações publicadas.

Área temática: *Gestão de Custos Ambientais e Responsabilidade Social*

Informações Complementares de Natureza Avançada e Não Obrigatória: Uma Análise da *Disclosure Social* nas Demonstrações Contábeis Publicadas de Empresas do Setor de Saúde Suplementar

Resumo

Este artigo pretende verificar se as informações sociais foram publicadas nas demonstrações contábeis do ano base de 2003 das empresas do segmento de saúde suplementar e, caso positivo, de que forma isto ocorreu. Cabe ressaltar que o foco desta pesquisa não está na existência ou não do Balanço Social, e sim, no conjunto de informações sociais expostas nas publicações. Uma vez que a área de saúde tem destaque no tema responsabilidade social, a pesquisa aborda a importância da conscientização dos atores deste setor na divulgação de informações sociais relevantes. Este trabalho consiste em uma análise que procura identificar informações sociais nas publicações dos jornais de grande circulação nas dez maiores empresas deste segmento. Foi utilizada a análise do conteúdo como técnica de pesquisa. Os resultados indicam, com certa surpresa, uma forte evidência de que as empresas analisadas estão apresentando uma evidenciação quase nula sobre informações sociais em suas demonstrações publicadas.

Palavras-Chave: Relatórios Sociais. Informações Sociais. Responsabilidade Social.

Área Temática: Gestão de Custos Ambientais e Responsabilidade Social.

1. Introdução

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), através de seu Parecer de Orientação 24 de 1992, oferece indicativos para a caracterização de informações complementares de natureza avançada e não obrigatória. Trata-se do esforço realizado pelas empresas “de levar ao seu usuário uma informação de melhor qualidade, através do aperfeiçoamento dos seus relatórios ou de informações mais completas” (CVM, 2004). Investimento em treinamento, seguridade e outros planos sociais; o número de empregados ao fim dos dois últimos exercícios e a rotatividade deste grupo nos dois últimos anos; segmentação da mão-de-obra por nível educacional, produto ou localização geográfica e descrição; e objetivos dos investimentos efetuados e montante aplicado na proteção ao meio ambiente são exemplos do tipo de informação que é considerada dentro deste grupo (CVM, 2005). Isto demonstra que as informações sociais encontram-se em pauta no esforço de oferecer um conhecimento mais aprofundado sobre as empresas à sociedade. Tal visão é reforçada por Colares e Ponte (2003, p.8) que incluíram o conteúdo da cartilha de governança corporativa e do Projeto de Lei 3.741, referente à evidenciação de informações adicionais sobre Balanço Social no referencial teórico que serviu de subsídio em seu estudo sobre informações complementares. Assim este trabalho se propõe a analisar a qualidade das informações sociais em um grupo selecionado de empresas do setor de saúde suplementar. Setor este escolhido pelo seu foco em uma área reputada como uma das mais fundamentais pela sociedade e por lidar com um dos valores mais caros aos indivíduos: a vida humana. Assim é de se esperar que estas empresas, por atuarem em um setor tão caro à sociedade, se imbuam de tal relevância e exponha aos usuários sua contribuição social.

2. Criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS

As agências reguladoras começam a ser implantadas a partir da década de 80 na América Latina e Europa e no Brasil a partir dos anos 90 seguindo um modelo norte-americano. Essas agências independentes têm como objetivo regular atividades econômicas por ramos de atividades específicos e fazem assim o papel que antes era somente do Estado. Esse movimento teve sua origem nos processos de desestatização pelo qual passou o Brasil durante a implantação da reforma do Estado.

Com o objetivo de buscar o equilíbrio do setor e uma modernidade da regulação de forma a atender aos interesses públicos, surgem no Brasil as primeiras agências reguladoras, conforme listado no Quadro 1:

Agência Nacional de Energia Elétrica	ANEEL	Agência Nacional de Transportes Aquaviários	ANTAQ
Agência Nacional de Telecomunicações	ANATEL	Agência Nacional de Vigilância Sanitária	ANVISA
Agência Nacional de Águas	ANA	Agência Nacional de Saúde Suplementar	ANS
Agência Nacional de Transportes Terrestres	ANTT	Agência Nacional do Cinema	ANCINE

Fonte: ABAR (2004)

Quadro 1 – Relação das agências reguladoras no Brasil

Este estudo se dá no âmbito da esfera de influência da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Esta agência é uma autarquia especial vinculada ao Ministério da Saúde criada em 2000 pela lei 9.961 com o objetivo de regular o setor de saúde suplementar com base na lei 9.656 de 1998. Seu desenvolvimento pode ser representado por seu marco regulatório (vide Figura 1).

Segundo a Lei 9.961/00, a ANS tem a finalidade institucional de promover a defesa do interesse público na assistência à saúde, regular as operadoras setoriais – inclusive quanto às suas relações com prestadores e consumidores – e contribuir para o desenvolvimento das ações de saúde no país (Brasil, 2003).

3. Informações Contábeis das Operadoras

Como meio de comparabilidade, a ANS editou uma norma conhecida como RDC 38 em 27 de outubro de 2000, que indica as diretrizes contábeis a serem seguidas. Esta RDC tem como objetivo principal obrigar as operadoras a criarem um plano de contas padrão, a partir de janeiro de 2001, para ser utilizado por todas as empresas do ramo, respeitando suas diferenças. Pode ser utilizado por uma empresa comercial, por uma filantrópica, ou mesmo por uma cooperativa. As especificidades de cada segmentação são respeitadas, sendo criadas contas específicas para cada tipo de operação.

A RDC 38 também criou uma subdivisão no enquadramento das empresas prestadoras de serviços de assistência à saúde, também denominadas simplesmente como operadoras. Se a quantidade de beneficiários for inferior a 10.000 vidas, elas são denominadas de pequeno porte, se a quantidade de vidas estiver entre 10.001 a 100.000 são denominadas de médio porte e acima de 100.000 são de grande porte. As empresas de médio e grande porte têm obrigação de enviar todo ano, as publicações das suas demonstrações contábeis, devidamente auditadas por empresas que possuam registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As de pequeno porte estão desobrigadas desta exigência, embora seja obrigatório o trabalho dos auditores externos.

A ANS tem como obrigação, estipulada por esta norma, dar publicidade às informações contábeis de todas as operadoras e para isso utiliza o Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde – DIOPS. Este sistema é composto de 14 quadros, cujos os de números 1 a 7 retratam dados cadastrais das operadoras e os de 8 a 14, os compostos por valores contábeis. Embora seja uma informação de obrigatoriedade trimestral, havendo qualquer alteração cadastral contemplada nesses campos, as operadoras têm o prazo de 30 dias, após ocorrida a mudança, para enviar outro DIOPS para a ANS.

	Antes da Regulamentação	Após a Regulamentação
	Livre Atuação:	Atuação Controlada:
Operadoras (empresas)	> Legislação do tipo Societário	> Autorização de funcionamento
		> Regras de operação uniformes (balanço, por exemplo)
		> Sujeitas à intervenção e liquidação
		> Exigência de reservas (garantias financeiras)
	Livre Atuação:	Atuação Controlada:
Assistência à Saúde e Acesso (Produto)	> Livre definição da cobertura assistencial	> Assistência integral à saúde obrigatória
	> Seleção de risco	> Proibição de seleção de risco
	> Livre exclusão de usuários (rompimento de contratos)	> Proibição da rescisão unilateral dos contratos
	> Livre definição de reajustes	> Definição e limitação das carências
		> Reajustes controlados

Fonte: Adaptado de Montone (2003, p. 16).

Figura 1 – Marco regulatório do setor de saúde suplementar

4. A Contabilidade e as Informações Sociais

A qualidade da informação social sempre foi uma preocupação do maior incentivador do Balanço Social, Herbert de Souza: “o Balanço Social não pode ser uma peça de marketing, mas uma demonstração responsável de investimentos sociais realizados pelas empresas”.(SOUZA, 2004, p. 1)

O conceito de Balanço Social passa a ser uma realidade. Para Tinoco (2001, p. 14) este relatório “é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, entre estes os funcionários”.

Ao tratar do Balanço Social, a Fipecafi (2000, p.31) retrata a existência de quatro vertentes: o balanço ambiental, o balanço de recursos humanos, demonstração do valor adicionado e benefícios e contribuições à sociedade em geral.

Apesar da importância do Balanço Social, muitas críticas têm sido direcionadas às práticas adotadas pelas empresas na confecção desta ferramenta. A comparabilidade entre os balanços sociais é problemática. A baixa padronização dos balanços sociais, notadamente os qualitativos, já foi criticada em diversos estudos (GRAY, KOUHY e LAVERS, 1995; DEEGAN e GORDON, 1996; HACKSTON e MILNE, 1996) por prejudicar sua leitura e comparabilidade. Contudo, é possível que seja mais grave a utilização do relatório como instrumento para potencialização dos resultados. Trabalhos internacionais (GUTHRIE e PARKER, 1990; HACKSTON e MILNE, 1996; HINES, 1991; DEEGAN e GORDON, 1996) detectaram a tendência das empresas em valorizar a divulgação de aspectos positivos em detrimento dos aspectos negativos, fazendo com que este instrumento se aproxime perigosamente de um instrumento de marketing. Deegan e Gordon (1996, p. 198) chegam a afirmar que os relatórios sociais “são tipicamente autopromocionais, com pouca ou nenhuma evidência negativa sendo feita pelas firmas participantes do estudo”.

5. Metodologia

Com a finalidade de se obter o grupo de empresas que é o objeto de análise deste trabalho, foi consultado o *site* da ANS durante o mês de julho de 2004, no campo onde são divulgados todos os dados econômico-financeiros das empresas do ramo. Cabe ressaltar que para a ANS dar publicidade a essas informações foi necessário o envio dos documentos através do sistema DIOPS – Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Plano de Saúde. As informações disponibilizadas são referentes aos exercícios sociais dos anos-base 2002 e 2003.

Nos campos disponibilizados no *site* existe uma divisão entre empresas de grande, médio e pequeno porte. Embora com um universo bem mais expressivo quantitativamente, as empresas de pequeno porte foram excluídas da amostra, visto que não existe obrigatoriedade na publicação de suas demonstrações contábeis. Sendo assim, se trabalhou com o universo das empresas de médio e de grande porte. Esse total perfaz 251 operadoras. Esse número não representa a quantidade de empresas dos segmentos das médias e grandes operadoras, mas sim o quantitativo de empresas que atenderam as determinações da ANS enviando as informações obrigatórias. Existem algumas operadoras que ainda não cumprem na íntegra as determinações e não enviam as informações, porém esse número vem diminuindo.

Naquele total não estão incluídas as operadoras do ramo de seguradora, que ao invés de enviar o DIOPS utilizam o Formulário de Informações Periódicas – FIP, recentemente modificado pela Circular 262 de 09 de julho de 2004. Nesse universo de seguradoras, constam no *site* informações de 12 empresas do ramo de saúde.

Para a amostra desta pesquisa foram selecionadas dez empresas que possuem os maiores valores de receitas operacionais, sendo que, no grupo das operadoras de médio e grande porte, a rubrica que representava essa conta é “Contraprestações Pecuniárias”. Já as seguradoras, são representadas pela rubrica “Dados Retidos”. Por apresentar os resultados mais relevantes foram selecionadas oito empresas que pertencem ao universo das 251 operadoras que tiveram seus dados contábeis publicados e duas pertencentes ao grupo das doze seguradoras, que enviam o FIP. O exercício social que serviu de parâmetro foi o de 2003.

As empresas inicialmente escolhidas por essa amostragem foram: Amil - Assistência Médica Internacional Ltda., Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda., Interclínicas Planos de Saúde S/A, Intermédica Sistema de Saúde S/A, Medial Saúde S/A, Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico, Unimed Campinas Cooperativa de Trabalho Médico, Unimed Rio de Janeiro Cooperativa de Trabalho Médico, Bradesco Saúde S/A e Sul América Seguro Saúde S/A.

Contudo, durante o período da pesquisa, foi instaurado o regime de Direção Fiscal – cujas características estão dispostas na Resolução Normativa nº 52 de 14 de novembro de 2003 – na operadora Interclínicas Planos de Saúde S/A, através da Resolução Operacional 226, de 27 de outubro de 2004. Esta empresa foi excluída da amostra já que passava por um processo diferenciado das outras selecionadas, o que poderia afetar o resultado final. Cabe ressaltar que o regime instaurado na empresa não é definitivo. Seguindo o mesmo critério de escolha da amostra – maior valor das receitas operacionais – a substituta foi a operadora Porto Seguro. Com isso o quadro passou a ser representado por sete operadoras e três seguradoras no grupo das médias e grandes empresas.

As publicações foram extraídas das fontes apresentadas no Quadro 2 a seguir.

5.1. Definição de Informações Sociais

O foco da pesquisa está na análise das informações sociais contidas nas publicações dos relatórios contábeis em jornais de grande circulação. O entendimento neste trabalho é de que a evidência da interação entre empresa e sociedade, devido à sua importância, não precisa ficar restrita ao Balanço Social, podendo – e, na verdade, devendo – constar nas publicações das demonstrações contábeis das empresas brasileiras. Busca-se aqui verificar se essas informações estão sendo publicadas, tentando identificar pontos em comum nas evidências sociais apresentadas pelas diferentes empresas e a qualidade do conteúdo disponibilizado.

Amil	Diário Oficial Estado do RJ	30/4/2004
Golden Cross	Diário Oficial Estado do RJ	30/4/2004
Intermédica	Jornal da Tarde	29/4/2004
Medial	Diário Oficial Empresarial SP	6/4/2004
Unimed BH	Diário da Tarde	16/4/2004
Unimed Campinas	Diário do Povo	27/4/2004
Unimed Rio	Jornal do Brasil	29/4/2004
Bradesco	Jornal do Comércio	10/2/2004
Porto Seguro	Diário Oficial Empresarial SP	27/2/2004
Sul América	Diário Oficial Empresarial SP	27/2/2004

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quadro 2 – Relação das publicações

Faz-se necessário aqui diferenciar os termos Balanço Social e Informações Sociais. O termo informações sociais designa qualquer tipo de informação que vá ao encontro de uma demanda social. Isto pode ser desde um parágrafo esclarecendo a movimentação de funcionários de uma empresa dentro de um exercício até um Balanço Social completo. Aqui surge um problema: é necessário selecionar um critério que permita definir a partir de que ponto um conjunto ordenado de dados deixa de ser apenas uma informação social e passa a ser um Balanço Social.

Uma opção é a própria manifestação do emitente da informação. Logo, seria um Balanço Social o conjunto de informações declarado como tal pela empresa que o publicou. Este critério apresenta dois problemas. Primeiramente porque não permite identificar como Balanço Social os relatórios que recebam outras denominações. Em segundo lugar, porque não oferece um padrão para avaliar a abrangência da informação social oferecida.

A classificação feita pela Fipecafi (2000, p. 31) fornece um rumo. Das quatro vertentes, a única que merece um aprofundamento conceitual é a referente à Demonstração do Valor Adicionado - DVA. A DVA fornece como principal contribuição aos relatórios sociais, a demonstração da distribuição do valor gerado pela empresa, aos diversos participantes que

colaboraram em sua construção. Trata-se de um instrumento que tornará evidente se a empresa replica, ou não, em suas operações, as desigualdades existentes no país. É, portanto, um instrumento – provavelmente o mais conhecido – que reportará à sociedade a contribuição – seja esta positiva ou negativa – das operações organizacionais para o problema da concentração de renda no país. Trata-se de uma abordagem inserida dentro de um contexto maior: a evidência do aspecto redistributivo da atividade econômica. Sentença esta que expressa com mais precisão o alcance desta vertente.

Assim, as vertentes apontadas pela Fipecafi devem ser consideradas como abordagens ao Balanço Social, contudo devem ser vistas muito mais como complementares do que excludentes, já que se pretende construir um “arquivo básico de informação contábil, que possa ser utilizado, de forma flexível, por vários tipos de usuário” (IUDÍCIBUS, 1987, p. 17). Logo, para ser considerado um Balanço Social em sua plenitude é necessário que o relatório em questão contemple as quatro vertentes apontadas, não deixando de considerar a expansão do conceito de Demonstração do Valor Adicionado para Evidência do Aspecto Redistributivo da Atividade Econômica. Conseqüentemente, se uma empresa apresenta como seu Balanço Social um conjunto pouco abrangente de informações, este não poderá ser desconsiderado como tal, mas sua qualidade deverá ser analisada dentre uma série de critérios à luz do padrão aqui estabelecido.

É importante destacar que neste trabalho serão analisadas as informações sociais – independentemente de quão abrangentes estas sejam – disponibilizadas pelas empresas do setor de saúde suplementar e não o Balanço Social, como considerado no trabalho desenvolvido por Colares e Ponte (2003, p. 8), por ser este geralmente um conjunto de informações muito amplo para ser publicado.

5.2. Identificação dos Aspectos Sociais

Como as informações sociais são aquelas que vão ao encontro de uma demanda social, faz-se necessário ter um parâmetro para identificação de tais demandas. Para esta finalidade foi utilizado o trabalho de Siqueira (2003), que apresenta um quadro com as demandas que emanam da sociedade com maior frequência. O quadro divide-se em demandas genéricas apresentadas em sete grupos – combate à pobreza e à fome, diminuição do consumo de recursos da natureza, melhoria da qualidade de vida, proteção aos grupos vulneráveis, redução da degradação ambiental, redução na emissão de poluentes e reforço de valores que apóiam uma maior responsabilidade social – e cada uma contém uma série de demandas específicas.

A partir deste ponto do artigo é examinado o atendimento às exigências da lei 6.404 e da ANS, bem como a divulgação voluntária da DVA, uma vez que se trata de uma informação reportada como importante para fins de divulgação de informações sociais. Em seguida, são analisadas individualmente as informações sociais disponibilizadas pelas empresas do setor de saúde suplementar.

6. Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis das Empresas – Ano Base 2003

A pesquisa realiza aqui uma comparação das peças divulgadas e que apresentam informações de maior frequência, incluindo também a demonstração do valor adicionado, mesmo esta não sendo obrigatória. Conforme caracterizado por Santos (2001, p. 35), esta é a “forma mais competente criada pela contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição da riqueza de uma entidade” e é uma das ferramentas mais utilizadas pelas empresas para externalização aos usuários de sua responsabilidade social.

Os resultados encontram-se resumidos no Quadro 3.

Algumas empresas utilizaram nos campos dos dados, termos diferentes, porém com o mesmo sentido. No caso da Golden Cross ao invés de utilizar Relatório de Administração utilizou Relatório da Diretoria. A UNIMED Belo Horizonte substituiu a expressão Demonstração do Resultado por Demonstrações de Sobras e Perdas. A operadora fez essa opção por se tratar de uma cooperativa, e por ter regras próprias regidas pela Lei n. 5.764/71 que em seu artigo 44, que trata “Das Assembléias Gerais Ordinárias” no que tange a prestação de contas, apresenta a figura do demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas. Cabe ressaltar que as outras duas cooperativas optaram pela forma mais usual de mercado e colocaram como Demonstração do Resultado. A UNIMED Rio utilizou a denominação Relatório de Gestão ao invés de Relatório de Administração. A SulAmérica adotou a denominação de Relatório do Conselho de Administração ao invés do Relatório de Administração.

Conforme apresentado, as empresas têm a preocupação de publicar as peças contábeis tradicionais e dados cadastrais como número no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, registro para poder operar no mercado de saúde suplementar fornecido pela ANS, endereço da sede da empresa, porém nenhuma das empresas escolhidas na amostra publicou a Demonstração de Valor Adicionado – DVA que embora não seja obrigatória, sua publicação já se tornou uma constante em várias empresas brasileiras. Conforme Tinoco (2001, p. 65) a elaboração e divulgação da DVA pelas empresas muito enriqueceria a informação contábil e social, sendo muito útil para quem for analisar as demonstrações das empresas.

DADOS/OPERADORAS	Amil	Golden Cross	Intermédica	Medial	Unimed BH
Relatório de Administração	sim	sim	sim	sim	sim
Balanco Patrimonial	sim	sim	sim	sim	sim
DRE	sim	sim	sim	sim	sim
DOAR	sim	sim	sim	sim	sim
DMPL	sim	sim	sim	sim	sim
Notas Explicativas	sim	sim	sim	sim	sim
Parecer dos Auditores	sim	sim	sim	sim	sim
CNPJ	sim	sim	sim	sim	sim
Registro na ANS	sim	sim	sim	sim	sim
Endereço	não	sim	não	não	não
DVA	não	não	não	não	não

DADOS/OPERADORAS	Unimed Campinas	Unimed Rio	Bradesco	Porto Seguro	Sul América
Relatório de Administração	sim	sim	sim	sim	sim
Balanco Patrimonial	sim	sim	sim	sim	sim
DRE	sim	sim	sim	sim	sim
DOAR	sim	sim	sim	sim	sim
DMPL	sim	sim	sim	sim	sim
Notas Explicativas	sim	sim	sim	sim	sim
Parecer dos Auditores	sim	sim	sim	sim	sim
CNPJ	sim	sim	sim	sim	sim
Registro na ANS	sim	não	não	não	não
Endereço	não	não	não	sim	não
DVA	não	não	não	não	não

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quadro 3 – Dados publicados

7. Informações Sociais nas Operadoras

A **Amil** divulgou suas demonstrações contábeis no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no dia 30 de abril de 2004. Mesmo ocupando uma página, mostra-se pobre no relato de informações sociais. No Relatório da Administração é apresentado seu ano de fundação, os estados onde ficam a sua sede e suas filiais, a quantidade de usuários, sua atividade operacional ressaltando a qualidade de seus serviços, a conjuntura econômica e operacional atual do mercado de saúde suplementar, seu resultado e agradecimentos aos colaboradores em geral, não apresentando quaisquer informações de cunho social.

Já as Notas Explicativas foram apresentadas em 13 itens, cabendo ao primeiro, um comentário que pode ser enquadrado como social. Ela relata que a empresa emprega cerca de 6.000 funcionários que pode ser classificado no item do quadro de aspecto social referente ao Combate à Pobreza e à Fome, no subgrupo da Redução da Taxa de Desemprego. A informação qualitativa é fraca já que não informa a quantidade no começo e no final do ano para saber se houve uma redução ou acréscimo, sendo apenas considerado a quantidade de empregados como relevante.

Pode-se concluir que as informações sociais prestadas pela Amil não atendem ao nível desejado para a demonstração de uma política social satisfatória. Sua transparência no âmbito social fica muito limitada.

A **Golden Cross** divulgou suas demonstrações contábeis no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no dia 30 de abril de 2004. Embora também ocupe uma página do jornal, não existem informações sociais. No Relatório da Diretoria divulga-se primeiramente a composição das Demonstrações Contábeis de 2002 e 2003, bem como o parecer dos Auditores Independentes. Destaca-se também o bom desempenho da empresa e seu lucro, a constituição integral de uma provisão e agradecimentos aos colaboradores em geral, não apresentando quaisquer informações de cunho social.

As Notas Explicativas foram apresentadas em 12 itens, divididos em: contexto operacional; principais práticas contábeis; créditos tributários; transações com partes relacionadas; investimentos; imobilizado; processos judiciais; seguros; arrendamento mercantil; capital social e juros sobre o capital próprio; e ajustes anteriores. Igualmente ao Relatório da Diretoria não foi apresentada nenhuma informação social.

A empresa se limitou às informações de cunho econômico-financeiro, destacando seu bom desempenho operacional e seu lucro maior do que o ano anterior, porém no campo social nada foi informado.

A **Intermédica** divulgou suas demonstrações contábeis no Jornal da Tarde, no dia 29 de abril de 2004, ocupando uma página e meia do jornal. Logo no começo do Relatório da Administração verifica-se uma proposta diferenciada da apresentada pelas demais operadoras. Destaca-se o esforço da empresa em demonstrar sua preocupação com a medicina preventiva e curativa, unindo promoção de saúde, prevenção e cura. Em seguida relata a relação de interdependência entre saúde e vida, ressaltando a importância das boas condições de saúde para uma adequada qualidade de vida. Posteriormente apresenta seu programa de Medicina Preventiva preocupada com a qualidade de vida e com o nível de satisfação da família.

Destaca ainda as principais realizações de 2003, a maioria de cunho social. São elas: ênfase nas ações educativas em saúde com a apresentação do quantitativo de ações educativas e o total de cursos e palestras proferidas; os números do PAP - Programa de Apoio ao Paciente e do CASE – Acompanhamento Multidisciplinar de Casos de Alta Complexidade; e os programas denominados Qualivida: o PAI – Programa de Assistência ao Idoso e o NAMIR – Núcleo de Assistência Médico-Infantil de Risco.

No tópico seguinte, entre as principais realizações destacam-se os treinamentos e a educação continuada; o programa Conexão Médica; a realização de eventos como o Summit

2003 – Excelência em Saúde que trata de temas inerentes às novas técnicas nas áreas clínicas, de medicina preventiva e de nutrição.

São apresentados também reconhecimentos e certificações como a ISO 9001-2000; a ISO 14001; o selo de empresa cidadã; o selo do IBASE; e um reconhecimento do UNICEF.

Após essas citações é apresentado como fato relevante a constituição da totalidade das reservas técnicas exigidas pela ANS. E por fim, uma conclusão que relata que a empresa está desenvolvendo uma cultura em saúde e que está se especializando em prevenção de doenças e promoção e recuperação em saúde, ressaltando os programas de qualidade de vida e seus benefícios no âmbito da empresa e de seus familiares.

Já as Notas Explicativas foram apresentadas em 17 itens, entre elas: contexto operacional, principais práticas contábeis, investimentos, imobilizado, realizável e exigível em longo prazo, processos judiciais, capital social e destinação do lucro líquido. Não foi apresentada informação social.

A empresa demonstrou indicativos no combate à pobreza e à fome, no subgrupo de melhoria do nível educacional destacando programas de treinamento e educação continuada com o foco na atualização científica capacitando a equipe com técnicas atualizadas e melhorando o nível cultural dos trabalhadores. No que tange a melhoria da qualidade de vida, verifica-se a preocupação em três subgrupos: melhoria das condições de vida, no acesso à educação e cultura e no acesso à saúde. Os programas de qualidade de vida voltados para as condições de saúde consideram este tema a base da existência das pessoas. Em paralelo apresenta também melhorias no acesso à saúde com preocupação voltada para a medicina preventiva e curativa visando sempre o alto padrão de qualidade de serviços. Nas melhorias nos acessos à educação e cultura destaca-se o trabalho desenvolvido com treinamentos, já citado anteriormente. Por fim, a empresa descreve ações de proteção aos grupos vulneráveis, entre eles cita o apoio aos jovens, aos mais velhos e aos portadores de doenças. Descreve um programa de apoio ao paciente e outro específico para os pacientes que necessitam de uma atenção especial, por serem portadores de casos de alta complexidade. Em relação aos idosos, apresenta um programa de assistência para pessoas com mais de sessenta anos. Para os jovens, apresenta um programa que atende as gestações de alto risco com acompanhamento dos bebês que nasceram em condições adversas.

A **Medial Saúde** divulgou suas demonstrações contábeis no Diário Oficial Empresarial do Estado de São Paulo, no dia 06 de abril de 2004. Embora ocupasse uma página e meia, não existem informações sociais. No Relatório da Administração, a empresa limitou-se a descrever o que publicou por imposição da lei. Não apresentou qualquer informação referente a suas ações de cunho social.

As Notas Explicativas foram apresentadas em 18 itens, que podem ser divididos em: contexto operacional, principais práticas contábeis, outros créditos operacionais, imóveis destinados à venda, depósitos judiciais créditos tributários, variações cambiais, diferido, importações a pagar, empréstimos e financiamentos, aquisições de imóveis a pagar, capital social, contingências, seguros e provisões técnicas. Como no Relatório da Administração, aqui também não foi apresentada nenhuma informação social.

A empresa se limitou às informações de cunho econômico-financeiro e a publicar apenas o exigido pela legislação.

A **Unimed Belo Horizonte** divulgou suas demonstrações contábeis no Diário da Tarde do Estado de Minas Gerais, no dia 16 de abril de 2004, sendo apresentado em duas páginas sem que houvesse informações sociais. É apresentado o Parecer do Conselho Fiscal que exalta a função do conselho na defesa econômica e social do trabalho de seus cooperados e que seu mandato havia terminado. Recomenda a aprovação das Demonstrações Contábeis e faz um agradecimento final a alguns membros.

Já as Notas Explicativas foram apresentadas em 17 itens, que podem ser divididos em: contexto operacional, principais práticas contábeis, investimentos, imobilizado, diferido, títulos e valores mobiliários, depósitos judiciais, patrimônio líquido, imposto de renda e contribuição social, contingências, instrumentos financeiros, seguros. No item referente ao contexto operacional é retratado o objetivo da cooperativa na defesa econômica e social do trabalho dos cooperados, na educação dos mesmos, na participação em campanhas de expansão do cooperativismo e na modernização de suas técnicas.

Embora a cooperativa dê destaque tanto no Parecer do Conselho Fiscal como nas Notas Explicativas que entre os seus objetivos está a área social, efetivamente não publicou nada relacionado com uma atividade tipicamente social. O mais próximo de informações de cunho social que é publicado refere-se à educação cooperativista, porém sem mencionar atividades ou realizações nessas áreas que mereçam uma menção como social para esse estudo.

A **Unimed Campinas** divulgou suas demonstrações contábeis no Diário do Povo, na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, no dia 27 de abril de 2004, sendo apresentado em uma página sem a existência de informações sociais.

As Notas Explicativas foram apresentadas em 12 itens, que podem ser divididos em: contexto operacional, principais práticas contábeis, permanente, imobilizado, aplicações financeiras, créditos com planos de assistência à saúde, depósitos judiciais, patrimônio líquido, contingências, riscos e seguros. No item referente ao contexto operacional é apresentado como objetivo institucional da cooperativa a congregação dos integrantes da profissão médica para a sua defesa econômico-social e outros aspectos operacionais.

Não foram relatados aspectos sociais na publicação das Demonstrações Contábeis dessa cooperativa. Da mesma maneira como foi tratado na Unimed Belo Horizonte, até é citado um objetivo com abrangência social, porém não é mencionada atividades ou realizações nessas áreas que mereçam destaque.

A **Unimed Rio de Janeiro** divulgou suas demonstrações contábeis no Jornal do Brasil do Estado do Rio de Janeiro, no dia 29 de abril de 2004, ocupando duas páginas e sem nenhuma referência às informações sociais. É apresentado o Relatório de Gestão onde são descritas algumas atividades relevantes realizadas pela cooperativa no ano base 2003 e uma mensagem de otimismo para o exercício seguinte, desde que consigam manter os custos assistenciais dentro de um limite aceitável.

Já as Notas Explicativas foram apresentadas em 10 itens, que podem ser divididos em: contexto operacional, principais práticas contábeis, imobilizado, diferido, contraprestações pecuniárias a receber, patrimônio líquido, provisão técnica e contingências. No item referente ao contexto operacional, a finalidade da cooperativa com relação a congregação dos integrantes da profissão médica surge como fator de desenvolvimento econômico-social. A organização tem como missão a atuação profissional que ofereça soluções éticas e qualidade de vida.

Embora a cooperativa destaque nas Notas Explicativas aspectos sociais, éticos e qualidade de vida, não é apresentado qualquer programa ou participação da cooperativa em atividades inerentes aos aspectos sociais.

A **Bradesco** divulgou suas demonstrações contábeis no Jornal do Comércio do Estado do Rio de Janeiro, no dia 10 de fevereiro de 2004, ocupando duas páginas. No Relatório da Administração são apresentados dois fatos que podem ser considerados de cunho social. O primeiro é a criação do ouvidor que tem a função de zelar pelo atendimento eficiente das demandas dos clientes. O segundo é o treinamento dos funcionários em funções específicas com objetivo de prevenir atos ilícitos. Além dessas informações, são prestadas outras ligadas ao resultado do exercício, a sinistralidade, a eventos societários e agradecimentos diversos.

Com relação ao ouvidor pode-se dizer que este representa um canal da sociedade com a empresa para o atendimento de demandas em geral. Assim, pode ser considerado como Estímulo a um Comportamento Sociavelmente Responsável, que estaria enquadrado no grupo de Reforço de Valores que Apóiam uma Maior Responsabilidade Social. Com referência ao treinamento fornecido aos empregados para o programa de lavagem de dinheiro cabe ressaltar que apesar de ser um curso muito específico, permite o enquadramento dentro do grupo de Combate à Pobreza e à Fome no subgrupo da Melhoria do Nível Educacional e Cultural dos Trabalhadores. Apesar da natureza do curso não estar esclarecida, é provável o seu enquadramento dentro do grupo Reforço de Valores que Apóiam uma Maior Responsabilidade Social.

Já as Notas Explicativas foram apresentadas em 16 itens, que podem ser divididos em: contexto operacional, principais práticas contábeis, títulos e valores mobiliários, créditos tributários, participações societárias, imobilizado, provisões técnicas, garantias, patrimônio líquido, detalhamentos de resultados, imposto de renda e instrumentos financeiros. O item referente ao detalhamento de contas da demonstração de resultado poderia ser aproveitado para fazer um comparativo com a DVA pelo caráter detalhista dessa informação. Não existem informações sociais nas Notas Explicativas.

A **Porto Seguro** divulgou suas demonstrações contábeis no Diário Oficial Empresarial do Estado de São Paulo, no dia 27 de fevereiro de 2004, ocupando uma página e meia. Não existem informações sociais. No Relatório da Administração, a empresa descreve números do setor de seguros de saúde indicando um comparativo de índices do ano de 2002 para 2003 e no final registra agradecimentos aos corretores, clientes e funcionários.

As Notas Explicativas foram apresentadas em 18 itens, que podem ser divididos em: contexto operacional, principais práticas contábeis, aplicações, créditos a receber, depósitos de terceiros, exigível em longo prazo, imposto de renda, patrimônio líquido, despesas e receitas, garantias, instrumentos financeiros e seguros. Como no Relatório da Administração, aqui também não foi apresentada nenhuma informação social, limitado-se às informações de cunho econômico-financeiro e as que são exigidas pela legislação.

A **SulAmérica** divulgou suas demonstrações contábeis no Diário Oficial Empresarial do Estado de São Paulo, no dia 27 de fevereiro de 2004, ocupando duas páginas e meia. No Relatório do Conselho de Administração, a empresa relata o cenário que atravessa a economia brasileira, citando os pontos positivos das questões previdenciárias, a diminuição do risco Brasil, o superávit da balança comercial brasileira, o sucesso no combate a inflação e a redução na taxa de juros. Embora não sejam ações da empresa, ela está utilizando seu canal de comunicação para descrever ações do governo federal que por sua importância pode ser enquadrado, na melhor das hipóteses, no grupo de Reforço de Valores que Apóiam uma Maior Responsabilidade Social, no subgrupo Estímulo a um Comportamento Socialmente Responsável. No final registra agradecimentos a todos os usuários externos e internos interessados.

As Notas Explicativas foram apresentadas em 15 itens, que podem ser divididos em: contexto operacional, principais práticas contábeis, aplicações, imposto de renda, permanente, provisões, garantias, partes relacionadas, provisão para diferido, patrimônio líquido, despesas e receitas, garantias e benefícios pós-emprego. Nas Notas Explicativas não foram apresentadas informações sociais.

A SulAmérica divulgou suas demonstrações contábeis sem citar as ações sociais desenvolvidas. Para fins desse estudo, o relato do cenário da economia do Brasil é considerado muito pobre como informação social.

8. Atuação Social de Empresas do Setor de Saúde Suplementar

O IBASE disponibiliza em seu *site* duas relações. A primeira traz as empresas que já conseguiram o selo e a outra relaciona as empresas que publicam, ou já publicaram, o Balanço Social.

Na primeira relação aparecem duas empresas que fizeram parte do estudo: a Intermédica que conseguiu o selo do Balanço Social IBASE/Betinho em 2002; e a SulAmérica que conseguiu os selos de 2002 e 2003. Com referência à segunda listagem de empresas que já publicaram seus Balanços Sociais, além das duas empresas já citadas, aparece a Medial Saúde. Dessas três empresas apenas a Intermédica demonstrou algum tipo de riqueza nas informações sociais publicadas junto às Demonstrações Contábeis.

Levantamento feito pela Exame (2004) descreve as participações sociais relevantes realizadas pelas empresas brasileiras. Os temas abordados podem ser divididos em sete grupos: valores e transparência; funcionários e público interno; meio ambiente; fornecedores; clientes; comunidade e governo e sociedade. O setor de saúde suplementar, foco desta pesquisa, não teve empresas selecionadas entre as dez melhores consideradas como modelo de ação social.

Além da escolha das dez empresas-modelo foram selecionadas áreas relevantes onde projetos sociais estão mais em evidência. São elas: educação; criança e adolescente; meio ambiente; saúde; financiamento de projetos; cultura; terceira idade; geração de renda e pessoas com deficiência.

Conforme se pode observar no Quadro 4, sete das empresas do grupo em análise neste artigo apresentaram projetos sociais nas áreas de Educação, Criança e Adolescente, Meio Ambiente, Saúde e Terceira Idade.

	Educação	Criança e Adolescente	Meio Ambiente	Saúde	Terceira Idade
AMIL				X	
INTERMÉDICA			X	X	
GOLDEN CROSS					
MEDIAL				X	
UNIMED BELO HORIZONTE					
UNIMED CAMPINAS		X	X		X
UNIMED RIO DE JANEIRO					
BRDESCO SAÚDE	X				
PORTO SEGURO	X	X			
SUL AMÉRICA				X	

Fonte: Revista Exame – Guia da Boa Cidadania Corporativa

Quadro 4: Áreas relevantes para projetos sociais no setor de saúde suplementar

As áreas de financiamentos de projetos, cultura, geração de renda e pessoas com deficiência não foram contempladas com projetos sociais das empresas que participaram da amostra desse estudo. É relevante destacar que os projetos apresentados pelas últimas três empresas - Bradesco, Porto Seguro e Sul América – estão vinculados aos conglomerados, não sendo possível identificar a efetiva ligação com as empresas de saúde suplementar.

9. Conclusão

Os resultados observados podem ser assim sintetizados:

- A **Amil** apresentou uma informação pobre relacionada ao nível de emprego, atendendo muito subliminarmente uma demanda social específica de Redução da Taxa de Desemprego.

- A **Golden Cross** não publicou nenhuma informação de caráter social em suas Demonstrações Contábeis.
- A **Intermédica** foi a empresa que melhor demonstrou sua preocupação com diversas áreas sociais. Apresentando ações no combate à pobreza e à fome, programas de melhoria de qualidade de vida e programas de proteção aos grupos vulneráveis. Cabe ressaltar os reconhecimentos e certificações por ela conseguidos de diversas instituições que lutam por interesses sociais, destacando-se o selo do IBASE, o selo de Empresa Cidadã e o selo do UNICEF.
- A **Medial Saúde** não publicou informações referentes aos aspectos sociais em suas Demonstrações Contábeis.
- A **Unimed Belo Horizonte** apenas relatou que tem uma educação voltada para o cooperativismo, porém sem apresentar informações que possam ser consideradas relevantes para esse estudo.
- A **Unimed Campinas** não publicou informações sociais em suas Demonstrações Contábeis. Citou apenas que possui um objetivo econômico-social na defesa de seus integrantes.
- A **Unimed Rio de Janeiro** citou preocupações éticas e de qualidade de vida, porém não divulgou programas, trabalhos ou atividades de caráter social.
- A **Bradesco** divulgou apenas duas informações que podem ser enquadradas no estudo como sendo de caráter social, relativas à criação de uma ouvidoria e ao treinamento de funcionários. Não revela a abrangência do programa, nem tampouco o investimento realizado. Trata-se de uma informação com baixo poder explicativo.
- A **Porto Seguro** não publicou informações referentes aos aspectos sociais em suas Demonstrações Contábeis.
- A **SulAmérica** apresentou apenas um relato das ações positivas do governo federal, o que é muito pouco como informação social.

A empresa Intermédica, que divulgou vários programas e atividades voltadas para o setor social, foi a única que apresentou dados e números concretos referentes à sua atuação social, apresentando, conseqüentemente, a melhor evidência referente a informações sociais. A Amil, a Bradesco e a Sul América apenas divulgaram dados avulsos, com poder explicativo pobre e sem demonstrar ter um plano específico para a área social. As outras seis - Golden Cross, Medial, Porto Seguro e as Unimed Campinas, Belo Horizonte e Rio de Janeiro - não divulgaram sequer um dado que pudesse ser enquadrado como uma preocupação com a sociedade, com seus funcionários ou com o meio ambiente. Trata-se de um elevado percentual de abstenção – 60%.

Este percentual pode ser um indício de que estas empresas não estejam se envolvendo em projetos de apoio à comunidade. Ou seja, não estejam participando de um esforço para mitigar as elevadas discrepâncias sociais existentes na atualidade. Contudo, isto pode ser apenas parte da verdade por duas razões. Em primeiro lugar porque as informações sociais não se referem apenas a projetos sociais, mas também a qualquer ação que vá ao encontro de anseios que emanam da sociedade. Assim, um esforço da empresa para reduzir a agressividade da atividade econômica já seria considerada uma informação social relevante. Mesmo setores de baixa agressividade – como o de Saúde Suplementar – consomem água e energia elétrica e indicadores envolvendo estes dois recursos já seriam relevantes, mesmo quando indiquem uma situação desfavorável para a sociedade. Infelizmente a evidência voluntária de indicadores negativos não é um evento comum de ser presenciado.

Em segundo lugar, porque muitas vezes o engajamento existe, mas não é externalizado à sociedade. Muitas das empresas aqui analisadas – Medial, Porto Seguro, Unimed Campinas

e Bradesco – possuem projetos sociais, que não são divulgados junto com as Demonstrações Contábeis. É possível que a não evidência por parte deste conjunto se deva à não vinculação dos projetos sociais com as empresas do setor de saúde suplementar, mas sim com outras unidades do grupo empresarial – Porto Seguro e Bradesco. Ou ainda que a evidência de tais projetos se dê exclusivamente através de outros canais, como o Balanço Social – Medial.

A não externalização à sociedade de um projeto existente tem dois aspectos. Primeiramente, parece desconsiderar o impacto positivo que o engajamento social pode ter na imagem da empresa. Em segundo lugar, traz uma consequência social negativa, já que se perde uma informação relevante para a sociedade. A evidência de um projeto social é relevante, pois pode ter um efeito inspirador em outras organizações, estimulando um comportamento socialmente responsável e, conseqüentemente, desejável. Além disso, dá subsídios para a mobilização da sociedade, fornecendo indícios de áreas que estão relativamente bem cobertas pela ação empresarial e permitindo a canalização de esforços para setores onde o atendimento seja mais precário. Contudo, para que isto seja verdade é necessária uma informação social de qualidade, indicando, no mínimo, uma descrição do projeto, seu alcance e investimento realizado pela empresa. Caso isto não aconteça e a construção da imagem corporativa tiver prevalência sobre a clareza da informação, a sociedade só terá a perder.

Referências Bibliográficas:

ABAR – Associação Brasileira de Agências de Regulação. **A Organização e o Controle Social das Agências Reguladoras**. ABAR, Porto Alegre, 2004.

BALANÇO SOCIAL. **As empresas que publicaram modelo IBASE e os selos conferidos**. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br>. Acesso em: 12 out. 2004

BALANÇO SOCIAL. **Empresas que publicam Balanço Social**. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br>. Acesso em: 12 out. 2004

BRASIL, **Lei das Sociedades por Ações: Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 / Lei da Comissão de Valores Mobiliários – Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976 e legislação correlata e complementar**. 2ª Ed. São Paulo, EDIPRO, 2001.

BRASIL. Lei 9.961. Cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Agência Nacional de Saúde Suplementar**. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2000. Disponível em: www.ans.gov.br. Acesso em: nov 2003.

Colares, Marcelle e Ponte, Vera Maria Rodrigues. A Prática da Evidência de Informações Avançadas e Não Obrigatórias nas Demonstrações Contábeis das Empresas Brasileiras In 27º Enanpad do Atibaia: 2003. **Anais Eletrônicos**. Disponível em CD-Rom.

CVM. **Parecer de Orientação 15 de 1987**. Documento obtido no site www.cvm.gov.br em 10 de janeiro de 2005.

CVM. **Parecer de Orientação 24 de 1992**. Documento obtido no site www.cvm.gov.br em 20 de dezembro de 2004.

DEEGAN, Craig & GORDON, Ben. **A Study of the Environmental Disclosure Practices of Australian Corporations**. *Accounting and Business Research*, 26 (3): 187 - 199, summer 1996.

EXAME. **Guia exame 2004 da boa cidadania corporativa**. São Paulo. Editora Abril, dez. 2004

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. CD-ROM

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades**. 5ª ed. São Paulo: São Paulo: Atlas, 2000.

GRAY, R.; KOUHY, R. & LAVERS, S. **Corporate Social and Environmental Reporting: A Review of the Literature and a Longitudinal Study of UK Disclosure**. Accounting, Auditing & Accountability Journal, 8 (2): 47-77, 1995.

GUTHRIE, J. & PARKER, L. D. **Corporate Social Disclosure Practice: A Comparative International Analysis**. Advances in Public Interest Accounting, (3): 343 - 352, 1990.

HACKSTON, D. & MILNE, M. J. **Some Determinants of Social and Environmental Disclosures in New Zealand Companies**. Accounting, Auditing & Accountability Journal, 9 (1): 77 - 108, 1996.

HINES, T. **The Wider Issues**. Certified Accountant, p. 38 - 41, abril 1991.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo, Atlas, 1987.

LUCA, Márcia Martins Mendes de. **Demonstração do valor adicionado – Do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. Atlas, São Paulo, 1998.

MONTONE, Januário. **Evolução e Desafios da Regulação do Setor de Saúde Suplementar**. Rio de Janeiro, ANS, 2003

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do Valor Adicionado: como elaborar e analisar a DVA**. São Paulo. Atlas, 2003

SIQUEIRA, J. R. M. **Mensuração e Avaliação do Impacto Social das Organizações: Uma Análise Crítica dos Balanços Sociais e Propostas para um Novo Modelo**. 2003. 273f. Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

SOUZA, Herbert de. **Balanco Social: voluntário ou obrigatório?** Disponível em <http://www.balancosocial.org.br>. Acesso em: 17 mai. 2004

SUCUPIRA, João. **A responsabilidade social das empresas**. Disponível em <http://www.balancosocial.org.br>. Acesso em 17 mai 2004

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco Social – uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo, Atlas, 2001.